Outubro 2026

AVALIAÇÃO INTERCALAR DA EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

O responsável pelo cumprimento normativo:

Assinado por: **Bruno Rafael de Sousa Araújo**
Num. de Identificação: 13708630
Data: 2026.10.21 11:18:36+01'00'

Rua Abílio Miranda,89
4560-501 PENAFIEL

+351 255 710 130
geral@penafielverde.pt
penafielverde.pt

Índice

Introdução 2
Metodologia 3
Avaliação intercalar 4
Síntese 4
Caracterização dos riscos elevados por setor 5
Execução das medidas propostas 6
Conclusão 8
AVALIAÇÃO INTERCALAR DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO 9

Introdução

O presente relatório intercalar, elaborado no mês de outubro, é desenvolvido em conformidade com o disposto no artigo 6.º do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), que estabelece a obrigação de elaboração de um relatório de avaliação intercalar sempre que se verifiquem situações de risco elevado ou máximo identificadas no Plano de Prevenção de Riscos E Infrações Conexas (PPR).

Este relatório tem como finalidade apresentar o ponto de situação da implementação das medidas de mitigação definidas pela Penafiel Verde, E.M., no âmbito dos riscos classificados como elevados, avaliando o grau de execução das ações, os resultados alcançados até à data e os principais constrangimentos ou necessidades de ajustamento identificados.

A Penafiel Verde, E.M., assegura a aplicação de princípios de ética, transparência e integridade na sua atuação, promovendo uma cultura de prevenção e controlo interno eficaz. Neste contexto, a elaboração deste relatório contribui para a consolidação de práticas alinhadas com as Normas ISO 37001 (Sistemas de Gestão Anticorrupção) e ISO 9001 (Sistemas de Gestão da Qualidade), reforçando o compromisso da empresa com a boa governação e a conformidade regulatória.

O presente documento visa, assim, apoiar a monitorização e melhoria contínua do PPR, servindo de base para a atualização anual das medidas preventivas e corretivas, bem como para o planeamento de novas ações que assegurem a mitigação sustentável dos riscos e o fortalecimento do sistema de controlo interno da empresa.

Metodologia

A metodologia adotada para a elaboração do presente relatório intercalar baseou-se numa auditoria interna de acompanhamento ao PPR da Penafiel Verde, E.M., com enfoque específico nas medidas associadas aos riscos classificados como elevados.

Esta auditoria teve como principal objetivo avaliar o estado de implementação de cada medida preventiva ou corretiva identificada no PPR, de forma a verificar o grau de cumprimento dos prazos e responsabilidades definidos, bem como a eficácia das ações executadas na mitigação dos riscos correspondentes.

O processo de verificação foi conduzido de forma colaborativa e participada, envolvendo diretamente os responsáveis designados por cada medida, os quais foram contactados para prestação de informação, validação de evidências e atualização do estado de execução das ações sob a sua responsabilidade. Esta abordagem permitiu garantir a fiabilidade e atualidade dos dados recolhidos, bem como promover a responsabilização e o envolvimento dos diferentes setores operacionais e administrativos da empresa.

A recolha e análise da informação basearam-se em:

- Revisão documental do PPR e dos registos de acompanhamento internos;
- Entrevistas e reuniões com os responsáveis de cada área funcional;
- Análise de evidências documentais e operacionais comprovativas da execução das medidas;
- Avaliação do grau de execução (total, parcial ou não iniciado) e identificação de constrangimentos;
- Proposição de medidas corretivas ou ajustamentos quando detetadas dificuldades de implementação.

Avaliação intercalar

Síntese

No PPR em vigor, foram identificados 159 riscos de corrupção e infrações conexas, com diferentes níveis de probabilidade e impacto.

A classificação desses riscos, de acordo com a matriz definida, foi a seguinte:

- 77 riscos de nível fraco, com baixa probabilidade e impacto residual;
- 55 riscos de nível moderado, com potencial significativo de prejuízo reputacional, financeiro ou legal se não forem devidamente controlados;
- **27 riscos de nível elevado, que exigem atenção prioritária, dada a sua probabilidade elevada de ocorrência e/ou impacto relevante.**

A presente avaliação intercalar centrou-se, portanto, na monitorização do estado de execução das medidas de controlo e mitigação associadas a estes 27 riscos prioritários, tendo sido analisado o grau de implementação, a eficácia das ações desenvolvidas e a necessidade de ajustamentos ao plano inicialmente definido

Entre os riscos elevados identificados, destacam-se:

- A possibilidade de favorecimento ou discricionariedade em procedimentos de aquisição de bens e serviços;
- A possibilidade de favorecimento de clientes;
- A possibilidade de favorecimento de fornecedores/prestadores de serviço;
- O risco de conflito de interesses na contratação de pessoal ou adjudicação de tarefas;
- A ausência de registos sistemáticos em alguns circuitos de autorização de despesas;
- Fragilidades no controlo e gestão de acessos;
- Fragilidades no controlo e gestão de ativos e património;

Caracterização dos riscos elevados por setor

Estes riscos encontram-se distribuídos por vários setores e áreas funcionais, refletindo a diversidade de operações e responsabilidades da Penafiel Verde, E.M.

Distribuição dos riscos elevados por setor

Setor	Nº de riscos elevados	% da totalidade dos riscos elevados
Atendimento ao Público	4	15%
Comunicação e educação ambiental	2	7%
Contratação Pública	2	7%
Projetos e obras	1	4%
Recursos Humanos	3	11%
Serviço de Informática e Automação	5	19%
Unidade Financeira	7	26%
Unidades de Redes (AA e AR)	2	7%
TOTAL:	27	100%

Esta distribuição evidencia que os setores de Atendimento ao Público, Serviço de Informática e Automação e Unidade Financeira representam as áreas com maior concentração de riscos elevados, o que decorre da natureza sensível das suas funções — envolvendo, respetivamente, interação direta com o cidadão e fornecedores, acesso a sistemas de informação críticos e gestão de fluxos financeiros e contabilísticos.

Por este motivo, estes setores concentram igualmente um maior número de medidas preventivas e de controlo, refletindo uma maior preocupação institucional com a mitigação de riscos e a necessidade de monitorização contínua da eficácia das ações implementadas.

Execução das medidas propostas

Na sequência da identificação e avaliação dos riscos, foram propostas várias medidas de mitigação e melhoria, com diferentes prazos de execução e graus de complexidade.

Estas medidas incluem:

- Revisão e reforço dos procedimentos internos de segregação de funções;
- Elaboração de políticas e procedimentos;
- Introdução de registos eletrónicos automáticos em processos críticos;
- Formação e sensibilização de colaboradores;
- Inclusão de controlos e novos procedimentos;

Para cada medida, foi designado um responsável pela implementação, que nem sempre correspondeu ao dirigente máximo do setor em causa, sob a supervisão direta do Responsável pelo Cumprimento Normativo (RCN) e com reporte ao Conselho de Administração.

Execução das medidas propostas por setor

Setor	Nº de medidas propostas	% global de execução Outubro 2025	% global de execução Outubro 2026
Atendimento ao Público	4	70%	75%
Comunicação e educação ambiental	2	100%	100%
Contratação Pública	2	100%	100%
Projetos e obras	1	50%	100%
Recursos Humanos	3	100%	100%
Serviço de Informática e Automação	5	90%	100%
Unidade Financeira	7	75%	100%
Unidades de Redes (AA e AR)	2	0%	100%
Total:	27	78%	96%

A **avaliação intercalar**, permitiu determinar o **estado de execução** das ações previstas, conforme o quadro seguinte:

Estado de Execução	N.º de Medidas Outubro 2025	N.º de Medidas Outubro 2026
Executadas na totalidade	18	26
Parcialmente executadas	6	1
Não iniciadas	3	0
Total	27	27

De acordo com os resultados apurados, a taxa global de execução das medidas situa-se nos **96%**, o que representa um nível de implementação considerado positivo e demonstra o empenho da empresa na concretização dos compromissos assumidos no âmbito do PPR.

A análise detalhada da execução individual de cada uma das medidas propostas — incluindo o respetivo estado de implementação, responsáveis, evidências e observações específicas — encontra-se apresentada no **Anexo 1** do presente relatório, permitindo uma consulta completa e transparente do progresso alcançado em cada ação prevista no Plano de Prevenção de Riscos.

Conclusão

A presente avaliação intercalar do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) evidencia uma evolução muito significativa no grau de implementação das medidas de mitigação, demonstrando o compromisso da Penafiel Verde, E.M., com a prevenção da corrupção, o reforço do controlo interno e a melhoria contínua dos seus processos.

Comparativamente à avaliação intercalar de outubro de 2025, verifica-se um aumento da taxa global de execução de **78% para 96%,** representando uma melhoria de 18 pontos percentuais. Este progresso é particularmente relevante quando analisado o número de medidas integralmente executadas, que passou de 18 para 26, num universo de 27 medidas previstas. Importa ainda salientar que, ao contrário do ano anterior, não existem atualmente medidas por iniciar.

Os resultados alcançados são especialmente positivos, uma vez que o nível de execução se situa significativamente acima das metas estabelecidas pela empresa, refletindo não apenas o cumprimento dos compromissos assumidos, mas também o empenho e a crescente responsabilização dos diferentes setores na implementação das medidas preventivas.

Relativamente à única medida que permanece parcialmente executada, importa esclarecer que a sua concretização integral depende do apoio técnico de uma entidade externa, estando diretamente associada à adequada execução do contrato celebrado com essa entidade. Assim, a sua conclusão encontra-se condicionada pelo desenvolvimento dos trabalhos contratualizados, mantendo-se o devido acompanhamento por parte da Penafiel Verde.

Em síntese, os resultados obtidos demonstram uma evolução sustentada e muito favorável face ao ano anterior, evidenciando a maturidade crescente dos mecanismos de prevenção e controlo implementados. A Penafiel Verde reafirma, desta forma, o seu compromisso com uma cultura organizacional assente na ética, integridade, transparência e conformidade, procurando consolidar os resultados alcançados e assegurar a execução integral das medidas previstas no PPR.

AVALIAÇÃO INTERCALAR DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

21/10/2026
Revisão_00

Unidade/Setor	Atividade	Risco	P	I	NR	Controlos existentes	Medidas Propostas	Responsável	P Residual	I Residual	NR Residual	% Implementação	OBS/ESTADO
Atendimento ao Público	Gestão da Relação com Clientes	Eliminação ou alteração de registos de dívidas, faturas ou contratos sem autorização legal.	2	3	Elevado	Sistema permite emitir NCs no atendimento	Não permitir a emissão de NCs no atendimento	Cláudio/Medidata	1	1	Fraco	50%	Em curso, nova plataforma em implementação - já adjudicado
Atendimento ao Público	Gestão de Recebimentos e Tesouraria	Recebimentos não registados de valores em numerário.	3	3	Elevado	Só se o cliente reclamar	(Máquina de pagamento automática) - medida alterada por Auditorias aleatórias às caixas	Fátima Teixeira	2	1	Fraco	100%	Auditorias realizadas
Atendimento ao Público	Gestão de Recebimentos e Tesouraria	Manipulação de caixas ou reconciliações para ocultar falhas	3	3	Elevado	Verificação de diária caixa diária por outra pessoa, mas não consegue verificar sobras.	(Máquina de pagamento automática) - medida alterada por Auditorias aleatórias às caixas	Fátima Teixeira	1	2	Fraco	100%	Auditorias realizadas
Atendimento ao Público	Recebimentos valores por parte das juntas de freguesia	Desvio de dinheiro de clientes.	2	3	Elevado	Protocolo com juntas de freguesia	Eliminação da possibilidade de pagamentos nas juntas de freguesia	Fátima Teixeira	1	1	Fraco	100%	Protocolo eliminado
Atendimento ao Público	Recebimentos valores por parte das juntas de freguesia	Ausência de supervisão sobre terceiros que lidam com dinheiro ou dados de clientes	2	3	Elevado	Protocolo com juntas de freguesia	Eliminação da possibilidade de pagamentos nas juntas de freguesia	Fátima Teixeira	1	1	Fraco	100%	Protocolo eliminado
Comunicação e educação ambiental	Comunicação Externa (Redes Sociais, Site, Imprensa)	Uso indevido de canais oficiais para fins pessoais, políticos ou comerciais e para prejudicar a imagem institucional; Divulgação seletiva de informação confidencial e/ou comprometedora da empresa.	2	3	Elevado	Aprovação superiormente e arquivo histórico público de conteúdos.	Política de comunicação clara e revisão prévia obrigatória de conteúdos institucionais - criada a política de comunicação no manual de gestão integrado	CA/Luana Teixeira	2	1	Fraco	100%	ok - aprovado a 25/9/25

21/10/2026
Revisão_00

Unidade/Setor	Atividade	Risco	P	I	NR	Controlos existentes	Medidas Propostas	Responsável	P Residual	I Residual	NR Residual	% Implementação	OBS/ESTADO
Comunicação e educação ambiental	Emissão de Notas de Crédito e Devoluções de Dinheiro	Emissão de notas de crédito injustificadas a clientes com base em relações pessoais ou outras.	2	3	Elevado	Existe sempre justificação para a emissão da NC. A contabilidade não valida a justificação	Validação intermédia por parte da financeira através da aposição de rubrica nos processos em causa. Auditoria interna e procedimento de controlo financeiro e não financeiro.	Fátima Teixeira / Rosália Correia	2	1	Fraco	100%	Procedimento implementado
Contratação Pública	Execução do Contrato	Validação de fornecimento de bens ou serviços não prestados pelo adjudicatário (pelo gestor de contrato)	3	2	Elevado	Existe para materiais, Não existe inventários de ativos	Inventário de ativos	Cláudio Almeida	2	1	Fraco	100%	Inventário e controlo implementado
Contratação Pública	Preparação de procedimentos	Excesso de ajustes diretos, diminuindo a transparência	3	2	Elevado	CCP; Código de ética e de conduta; Canal Interno de Denuncia	Exigência de fundamentação para realizar ajuste direto; Formação aos chefes de unidade	CA	1	2	Fraco	100%	ok - presidente só aprova com fundamentação completa, foi dada formação aos chefes de unidade
Projetos e obras	Fiscalização e Acompanhamento de obra	Inexistências de advertências/sanções no incumprimento do caderno de encargos.	2	3	Elevado	CCP; Código de ética e de conduta; Canal Interno de Denuncia	Auditoria Interna	Bruno Araújo	2	2	Moderado	100%	Realizadas duas auditorias
Recursos Humanos	Acesso e Manipulação de Dados Pessoais	Acesso não autorizado a informações confidenciais.	3	3	Elevado	Controlo de acesso das aplicações deficiente, chave no armário	Designação de responsável, política e procedimento de gestão acessos Formação para salvaguardar a informação	CA	2	1	Fraco	100%	Designado Rafael Borges e política e procedimento aprovados
Recursos Humanos	Gestão de Contratos e Remunerações	Ajustes salariais ou benefícios indevidos, sem justificação formal ou transparente.	2	3	Elevado	Todos os salários e subsídios são autorizados pelo conselho de administração.	Revisão jurídica dos subsídios e outros rendimentos atribuídos.	Cláudia Leal/ Daniela Silva	2	1	Fraco	100%	Já foram revistos juridicamente
Recursos Humanos	Recrutamento e Seleção	Ocultação de candidaturas; Falsificação/ocultação de documentos de habilitações ou experiência profissional	3	2	Elevado	Código de ética e de conduta; Canal Interno de Denuncia	Pelo menos duas pessoas com acesso ao email das candidaturas ou serem recebidas em 2 endereços	Cláudia Leal/ Cláudio	2	1	Fraco	100%	Duas colaboradoras com acesso simultâneo

Unidade/Setor	Atividade	Risco	P	I	NR	Controlos existentes	Medidas Propostas	Responsável	P Residual	I Residual	NR Residual	% Implementação	OBS/ESTADO
Serviço de Informática e Automação	Automação e Controlo	Manipulação de sistemas automáticos para ocultar falhas (apenas uma pessoa domina o sistema)	2	3	Elevado	Código de ética e de conduta; Canal Interno de Denuncia	Auditoria/testes internos; mais recursos qualificados para função	Cláudio Almeida	2	1	Fraco	100%	Realizados os testes e equipa foi reforçada.
Serviço de Informática e Automação	Gestão de Acessos	Concessão de acessos indevidos a sistemas críticos	3	3	Elevado	Falta de política, procedimento e responsável de gestão de acessos	Designação de responsável, política e procedimento de gestão acessos	CA	2	1	Fraco	100%	Designado Rafael Borges e política e procedimento aprovados
Serviço de Informática e Automação	Gestão de Acessos	Utilização indevida de dados de colaboradores, clientes e fornecedores, para fins pessoais, políticos e comerciais.	2	3	Elevado	Código de ética e de conduta, política de proteção de dados	Formação em ética e conduta	Bruno Araújo	2	1	Fraco	100%	Formação realizada
Serviço de Informática e Automação	Gestão de Acessos	Desvio de dinheiro através do acesso aos dados bancários	2	3	Elevado	Código de ética e de conduta, política de proteção de dados- RGPD	Formação em ética e conduta	Bruno Araújo	2	1	Fraco	100%	Formação realizada
Serviço de Informática e Automação	Gestão de Acessos	Criação de contas fantasma com acesso privilegiado	3	2	Elevado	Código de ética e de conduta, política de proteção de dados	Registo contas / auditorias regulares de segurança	Rafael Borges/ Bruno Araújo	2	1	Fraco	100%	ok
Unidade Financeira	Acesso e Controlo de Sistemas Financeiros	Acesso não autorizado a sistemas de contabilidade ou pagamentos.	3	3	Elevado	Código de ética e de conduta; Canal Interno de Denuncia	Designação de responsável, política e procedimento de gestão acessos. Monitorização/atualização dos acessos	CA	2	1	Fraco	100%	Designado Rafael Borges e política e procedimento aprovados
Unidade Financeira	Acesso e Controlo de Sistemas Financeiros	Falta de separação de funções (ex.: mesma pessoa autoriza, executa e regista pagamentos).	3	2	Elevado	Código de ética e de conduta; Canal Interno de Denuncia	Segregação de funções	CA /Fátima Teixeira	2	1	Fraco	100%	Processo já está a ser feito no CTA

Unidade/Setor	Atividade	Risco	P	I	NR	Controlos existentes	Medidas Propostas	Responsável	P Residual	I Residual	NR Residual	% Implementação	OBS/ESTADO
Unidade Financeira	Gestão de Ativos e Património	Desvio ou apropriação indevida de bens patrimoniais (equipamentos, viaturas, imóveis).	3	2	Elevado	Código de ética e de conduta; Canal Interno de Denuncia	Designação de responsável por gestão de ativos e inventário de ativos	CA	2	1	Fraco	100%	Designado Rafael Borges e política e procedimento aprovados
Unidade Financeira	Gestão de Ativos e Património	Falta de inventariação ou Inventariação fictícia ou incompleta de bens patrimoniais.	3	2	Elevado	Ficheiro em Excel	Projeto de inventariação externo	Fátima Teixeira	2	1	Fraco	100%	Concluído
Unidade Financeira	Gestão e Pagamento de Faturas	Aprovação e pagamentos de faturas sem verificação da prestação de serviços ou entrega de bens. Nem todas as faturas são validadas pelo gestor de contrato.	3	3	Elevado	Faturas só lançadas com requisição. Existe validação do gestor de contrato, mas não tem evidencias e sistematização	Assinatura do gestor de contrato	Helder Moreira	2	1	Fraco	100%	Rúbrica fisicamente ou por email.
Unidade Financeira	Segregação de Funções e Controlo Interno	Acumulação de funções incompatíveis (ex.: quem aprova, executa e regista operações).	3	3	Elevado	Código de ética e de conduta; Canal Interno de Denuncia	Segregação de funções	Fátima Teixeira	2	1	Fraco	100%	Processo já está a ser feito no CTA
Unidade Financeira	Segregação de Funções e Controlo Interno	Falta de duplo controlo ou validação em pagamentos e registos.	3	3	Elevado	Código de ética e de conduta; Canal Interno de Denuncia	Segregação de funções	Fátima Teixeira	2	1	Fraco	100%	Processo já está a ser feito no CTA
Unidades de Redes (AA e AR)	Cortes de Fornecimento e Colocação de Contadores	Corte indevido ou adiado mediante pedido de vantagem (ex: adiar corte por benefício pessoal).	3	2	Elevado	Validação dos trabalhos executados	Registos automáticos e validação cruzada de ordens de serviço. (ION)	Miguel Moreira/Pedro Penalva	2	1	Fraco	100%	ok
Unidades de Redes (AA e AR)	Fiscalização de Ligações Ilegais	Ocultação ou não atuação sobre ligações ilegais mediante suborno ou acordos informais.	2	3	Elevado	IP-08.01_01 - Modelo Vistoria Redes	Registo digital com evidencia fotográfica (para todas as vistorias) e acompanhamento periódico por equipa diferente.	Carla Cruz	2	1	Fraco	100%	ok - mas só há uma equipa

O Conselho de Administração da Penafiel Verde E.M., em reunião ordinária, realizada no dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e seis, considerando a informação do Responsável pelo Controlo Interno e Compliance, e do relatório da avaliação intercalar do plano de riscos de corrupção e infrações conexas, deliberou por unanimidade aprovar o relatório da avaliação intercalar do plano de riscos de corrupção e infrações conexas, determinando-se a sua publicação e comunicação às entidades competentes, nos termos do documento que se passa a transcrever: ----------

----------**Deliberação n.º 19 de 22/10/2026**----------

----------**Assunto:** Relatório da avaliação intercalar do plano de riscos de corrupção e infrações conexas. ----------

----------**Proposta:** Subscrita pelo senhor Presidente do Conselho de Administração.----------

--------**Documentos que acompanharam a proposta:** informação do Responsável do pelo Controlo Interno e Compliance, e relatório da avaliação intercalar do plano de riscos de corrupção e infrações conexas (**Anexo XIX)**, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta ata. ----------

----------**Votação:** Aprovado por unanimidade proceder à aprovação do relatório da avaliação intercalar do plano de riscos de corrupção e infrações conexas, determinando-se a sua publicação e comunicação às entidades competentes. ----------

----------Está Conforme o original----------

----------Penafiel, 22 de outubro de 2026----------

A Técnica Superior,

Daniela Bessa Silva

(Daniela Bessa Silva)